

EDITAL

O Departamento de Administração e Fiscalização Tributária/DEAFT, da Secretaria Municipal de Finanças, Tecnologia da Informação e Controle Interno – SEMEF, INTIMA os contribuintes abaixo identificados a recolher o ISSQN e a apresentar a documentação adiante especificada:

1- CONCRETA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, Inscrição Municipal nº 68536-01, localizado na Av. Djalma Batista, 1661 – Chapada, de acordo com o Termo de Início de Ação Fiscal - TIAFI nº 201800100, de 12/06/2018, originado da DAF nº. 695/2018, do período de 01/06/2013 a 30/06/2014, no prazo de 13 dias;

Diante do exposto, os contribuintes ficam intimados a apresentar a documentação acima relacionada no prazo de 13 (treze) dias, contados a partir da publicação deste.

O presente Edital e as cópias dos documentos encontram-se à disposição dos interessados no Departamento de Administração e Fiscalização Tributária/SEMEF, localizado na Av. Japurá, 488 – 2º andar, sala 206 – Centro.

Manaus, 15 de Junho de 2018.



Arminio Adolfo de Pontes Sousa
Diretor do DEAFT

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADA DO MUNICÍPIO DE MANAUS – CGPPP/MANAUS.

MEMBROS PARTICIPANTES: Lourival Litaiff Praia, Presidente e Secretário Municipal de Finanças, Tecnologia da Informação e Controle Interno; Rafael Albuquerque Gomes de Oliveira, Procurador Geral do Município; Francldes Corrêa Ribeiro, Superintendente da Superintendência Municipal de Transportes Urbanos; Paulo Ricardo Rocha Farias, Secretário Municipal de Limpeza e Serviços Públicos; Aldemara Kimura, representando o Subsecretário Municipal Chefe da Casa Civil, José Fernando de Farias; Arnaldo Gomes Flores, Subsecretário de Controle Interno. Participaram da reunião, como convidados: Maria Josepha Penella Pêgas Chaves, Secretária Municipal de Parcerias e Projetos Estratégicos e Fábio Augusto Alho da Costa, Diretor – Presidente da Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Município de Manaus. Foram registradas as ausências justificadas dos Secretários: Kelton Kelly de Aguiar Silva, Secretário Municipal de Infraestrutura; Marcelo Magaldi Alves, Secretário Municipal de Saúde e Luiza Maria Bessa Rebelo, Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Gestão. **ABERTURA:** Às 15:00 horas do dia 17 de maio de dois mil e dezoito, o Presidente do Comitê Sr. Lourival Litaiff Praia abriu os trabalhos da 16ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor, cumprimentando e agradecendo a todos presentes em seguida informou aos comitentes quanto aos assuntos que seriam expostos e discutidos na referida reunião, obedecendo a seguinte ordem: **1) Informes: A) Aprovação e Homologação da Ata da 15ª Reunião Ordinária do CGP/Manaus:** O Presidente deu ciência aos presentes quanto a publicação da Ata da 15ª Reunião Ordinária do CGPPP/Manaus, através do Diário Oficial do Município – DOM, Edição nº 4170, de 20 de julho de 2017; **B) Ofício Empresa Amazon Watt: Solicitação de Autorização para realização de estudos para apresentação de MIP:** A Secretária Executiva expôs aos membros o pleito formalizado pela empresa, destacando que o Projeto proposto contemplaria estudos para a Instalação, Conservação e Manutenção de Painéis Solares Fotovoltaicos com fornecimento de Energia Elétrica à Administração Pública Municipal. O pleito apresentou os seguintes dados para apreciação: Prazo de até 35 anos, investimentos da ordem de R\$ 200 Milhões de reais (preliminar), Contraprestação Pública: Terreno de 115 hectares de terras livres, Economia na conta de energia de até 10%, apresentação da Modalidade de Concessão Administrativa, Estimativa de Contraprestação Pública da ordem de R\$ 4.100 Milhões/Mês. Os estudos pleiteados para apresentação de MIP futura: **Estudos Técnicos e Engenharia -** Fases de instalação, manutenção

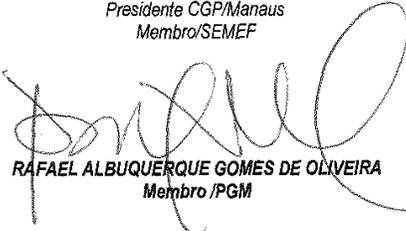
periódica e conservação; **Estudos Socioambientais -** Fontes de Informação, legislação aplicável, principais impactos ambientais e sociais, requisitos para a gestão ambiental e social; **Estudos Econômico-Financeiros -** Programa de Investimento, Fontes de Financiamento, contraprestação pública devida. Estudos de Engenharia e de meio ambiente; Estudos Jurídicos - Diagnóstico jurídico-institucional, normas aplicáveis e redação de minutas e edital de licitação e contrato de concessão administrativa. O Pleito formalizado não contemplou informações acerca do custo de cada estudo. Os membros receberam com entusiasmo a proposta para realização dos estudos, enfatizando que o objeto apresentado pela Empresa é relevante para a Administração Pública por se tratar de uma tecnologia inovadora através do uso de painéis solares fotovoltaicos que geram energia elétrica grátis a partir do sol, sem mecanismos móveis e sem gerar resíduos. Países como Alemanha já utilizam com muita experiência a referida tecnologia e receber propostas no segmento é muito interessante, segundo Paulo Farias. Houve questionamentos e recomendações para apresentação futura. Muito embora seja de extrema relevância o assunto, por se tratar de nova tecnologia, os membros votaram pela apreciação do autorizo em momento posterior, visto que já há Projetos de ordem prioritária sendo executados pelo Município de Manaus. Itens que foram pontuados em reunião para nova oportunidade: Observar para os novos estudos - 1 – Geração de Economia superior a 10% (Sugestão: 20% a 30%); 2 – Instalação de Painéis Solares em áreas contíguas, diversas, sem a necessidade de área equivalente a 115 hectares de terras livres para implementação do Projeto; 3 – Opções diversas de instalação dos painéis solares (Estacionamento da Sede da Prefeitura, Unidades de Saúde, Educação, outras); 4 – Redução do Tempo estimado para o contrato. (Até 35 anos, inviável para a Administração); 5 – Valor Estimado para contraprestação Pública extrapola a disponibilidade de caixa disponível para a finalidade. Caberá à Secretaria Executiva do CGPPP notificar a Empresa quanto à decisão do Comitê Gestor. **C) Ofício Empresa Fiscal Tech:** Autorização para desenvolvimento de estudos Técnicos, Econômicos e Jurídicos. a) Sistema de Gerenciamento e Monitoramento de Tráfego e Suporte na Fiscalização de Trânsito (dentro do contexto de Cidades Inteligentes). O Projeto conceitual contemplará a integração de Sistemas pré-existentes, serviços de gerenciamento e monitoramento de tráfego e suporte na fiscalização de trânsito, melhorias para o sistema viário e demais serviços correlatos, como estacionamento rotativo e gerenciamento de pátio de veículos; Rede de Iluminação integrada e automatizada; Monitoramento CFTV e Central de Despacho. Para a Cidade Inteligente a Empresa propõe o uso de: **1 - Sistemas de Mobilidade Urbana, 2 - Sistemas de Segurança Pública & CCOI e 3 - Sistemas de Suporte e Rede de Multisserviços.** Para Mobilidade Urbana serão apresentados: Monitoramento & Fiscalização Eletrônica, Gestão Semaforica, Sistema de Remoção, Guarda e Leilão de Veículos; Sistema de Talonário Eletrônico. Para Segurança Pública e & CCOI: Infraestrutura do Centro de Controle Operacional e Inteligência (CCOI), Sistemas de Monitoramento Eletrônico de Imagens (CFTV), Sistema Integrado de Gestão Operacional, Gestão Corporativa e apoio à Operação. Para Sistemas de Suporte & Rede de Multisserviços: Rede de Multisserviços (Fibra Ótica), Aplicativos móveis para usuários, Sistema de Informação ao usuário, Sistema Integrado (cartão cidadão). O projeto prevê que o Sistema de Fiscalização Eletrônica atue detectando infrações cometidas, produzam provas visuais, realizem o planejamento das rotas de tráfego assim como a gestão, operação e supervisão, Leitura Automática de Placas (LAP), Controle de Invasão de Faixa, Contagem de Veículos, Avanço de Sinal Vermelho, Controle de Velocidade, Gestão Semaforica e Sistema de Talonário Eletrônico (Autuação Eletrônica). O Sistema de Segurança Pública & CCOI proporcionará: o controle do funcionamento de todos os equipamentos de ITS; o Controle dos painéis de mensagens variáveis instalados nas vias, estações e terminais; a Integração com outros órgãos (Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Serviço de Resgate, Atendimento Mecânico, Atendimento Técnico, outros), o Monitoramento em tempo real das condições de trânsito; o Monitoramento em tempo real das imagens das vias e terminais; o Monitoramento e verificação de circulação dos ônibus; o Controle de acesso, assinatura digital e criptografia, além de servidores para gerenciamento e concentração das imagens do Monitoramento Eletrônico e do Controle de Trânsito, servidores para gerenciamento da Fibra Ótica, Equipamentos e softwares, estações de trabalho, mesas controladoras, ativos de rede, outros. O Sistema de Suporte & Rede de Multisserviços (Fibra Ótica) contará com: Rede que possibilite o tráfego de dados, voz e imagem em alta velocidade, Rede de Multisserviços com 10 Gb, Conjunto de Aplicativos Móveis (O2 aplicativos), Sistema de Informação ao usuário, Fornecimento de informações em tempo real, Sistema Integrado (Cartão Cidadão: Banco de Dados dos usuários consolidado) e o Monitoramento do Histórico do Paciente, Histórico escolar dos alunos, outros. O custo estimado dos estudos da MIP será de R\$ 840.000,00 (oitocentos e

quarenta mil reais). Os estudos a serem apresentados serão: Estudos de Demanda; Projeto; Levantamento e análise de risco; Análise de Value for Money; Projeto Operacional; Quadro de Indicadores de Desempenho e os Estudos Jurídicos (Minuta do Edital e Contrato). O Projeto sugere um prazo estimado de 25 anos e a Contraprestação Máxima de R\$ 3.461.821,00 (três milhões quatrocentos e sessenta e um mil oitocentos e vinte e um reais). Os membros do CGPPP Manaus ressaltaram que o Projeto atende aos critérios especificados no **Decreto Municipal nº 3.180, de 29 de setembro de 2015**. Após apresentação, os membros do Comitê Gestor votaram pelo autorizo para a realização dos estudos pela Empresa demandante. Caberá à Secretaria Executiva do CGPPP notificar a Empresa quanto à decisão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Comitê Sr. Lourival Litaiff Praia finalizou a reunião, agradecendo a presença de todos os participantes e encerrando os trabalhos da **16ª Reunião Ordinária do CGPPP/Manaus**, às dezessete horas, onde eu, Keity Anny Matos da Silva Dantas, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim, pelo Presidente e demais Comitentes.

Manaus-AM, 17 de maio de 2018.


KEITY ANNY MATOS DA SILVA DANTAS
 Secretária - 16ª Reunião CGPPP/Manaus


LOURIVAL LITAIFF PRAIA
 Presidente CGP/Manaus
 Membro/SEMEF


RAFAEL ALBUQUERQUE GOMES DE OLIVEIRA
 Membro /PGM


JOSÉ FERNANDO DE FARIAS
ALDEMARA KIMURA DE MENEZES
 Representante /CASA CIVIL

Ausência Justificada
KELTON KELLYO DE AGUIAR SILVA
 Membro/SEMINF

Ausência Justificada
MARCELO MAGALDI ALVES
 Membro/SEMSA

Ausência Justificada
LUIZA MARIA BESSA REBELO
 Membro/SEMAD


PAULO RICARDO ROCHA FARIAS
 Membro/SEMULSP


FRANCLIDES CORREIA RIBEIRO
 Membro/SMTU


ARNALDO GOMES FLORES
 Membro/CGM



SAMU
192

Quando chamar o SAMU

Nesses casos, deve-se chamar o SAMU, através do telefone 192 (ligação gratuita):

- Na ocorrência de problemas cardio-respiratórios;
- Em casos de Intoxicação;
- Em caso de queimaduras graves;
- Na ocorrência de maus tratos;
- Em trabalhos de parto onde haja risco de morte da mãe ou do feto;
- Em casos de tentativa de suicídio;
- Em crises hipertensivas;
- Quando houver acidentes/trauma com vítimas;
- Em casos de afogamentos;
- Em casos de choque elétrico;
- Em acidentes com produtos perigosos;
- Na transferência inter-hospitalar de doentes com risco de morte.

Fonte: Ministério da Saúde